

ARTIGO

CONSTRUINDO A REVOLUÇÃO: MARXISMO-LENINISMO NO JORNAL A CLASSE OPERÁRIA DE 1969 A 1976

Palavras-chave: jornalismo,
marxismo-leninismo,
PCdoB.

MÔNICA MOURÃO

Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

NITERÓI – RIO DE JANEIRO

1. Resumo

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi formado a partir de uma divergência interna do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no fim dos anos 50 e início da década de 60. O PCB, seguindo orientações políticas do Partido Comunista da União Soviética – país cujo presidente era, na época, Nikita Krushev –, mudou de nome, estatuto e programa, retirando destes documentos qualquer referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário. Além disso, o partido passou a considerar a possibilidade de construir a revolução através de uma via pacífica.

Os dissidentes formaram (ou reorganizaram), em 1962, o Partido Comunista do Brasil, que se auto-afirmava o verdadeiro partido marxista-leninista. Nessa época, o jornal A Classe Operária, órgão central do PCB, passou a ser reeditado, agora sob comando do PCdoB. Seguindo a teoria leninista da imprensa, o jornal foi uma importante arma ideológica nas décadas de formação do partido e de desenvolvimento da Guerrilha do Araguaia – prática das idéias de luta armada defendidas pelo PCdoB.

Nesse artigo, pretendemos mostrar como A Classe Operária seguia o modelo leninista de jornalismo e ainda em que medidas os textos publicados por esse jornal veiculavam o pensamento marxista-leninista, baseado em escritos de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Ilitch Lênin. Também serão mostradas outras estratégias de comunicação do PCdoB além de seu órgão central, através de um breve passeio pela influência do partido sobre jornais da imprensa alternativa nos anos 70.

2. Por outro jornalismo

Vladimir Ilitch Lênin, um dos principais líderes da Revolução Russa, foi também um teórico do jornalismo. Ele creditava a essa atividade um papel fundamental no processo revolucionário, seja para elevar o grau de conscientização do operariado, para organizar o partido ou para conclamar os leitores à ação. Todas essas possibilidades que Lênin atribuía ao jornalismo demarcam uma oposição em relação à chamada grande imprensa, imprensa comercial, ou nas palavras do autor, “imprensa burguesa”. De acordo com Lênin, “na luta entre os órgãos da imprensa, os partidos, as frações e os grupos vão se cristalizando as tendências ideológicas e políticas com caráter realmente

de classe; cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras”¹. Assim, não é que a imprensa de modelo leninista seja impregnada de ideologia enquanto a grande imprensa apresenta uma neutralidade objetiva. O que acontece é que essa última traz embutida a ideologia burguesa, enquanto a leninista é abertamente proletária. Sendo assim, seria indispensável a um partido que se afirma representante do proletariado ter um jornal – ou vários órgãos de imprensa – próprio.

Embora não tenha refletido como Lênin sobre a imprensa, Karl Marx também tratou dessa questão, em textos esporádicos posteriormente reunidos em livro². Dentre outros aspectos, Marx afirma a necessidade da liberdade de imprensa, criticando a atuação do jornal semi-oficial do governo prussiano. Para ele,

A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas³.

Desse modo, o tipo de jornalismo de que trataremos aqui se difere do que conhecemos atualmente e remete a um modelo que preza pela “objetividade”, tornado hegemônico no Brasil nas últimas décadas.

3. O modelo leninista

O modelo de jornalismo desenvolvido por Lênin dizia respeito aos órgãos de imprensa de um partido comunista. Essa imprensa estaria intimamente ligada à construção do partido, como organizador coletivo. A idéia foi desenvolvida por ele no documento “Por onde começar?”, quando propõe, em suas palavras, um “plano dum jornal político para toda a Rússia”⁴. A idéia era que o jornal, através da capilaridade adquirida em todo o país devido à sua rede de agentes (ou correspondentes), formasse o partido. No caso russo, esse jornal foi o *Iskra*, que deveria “reagrupar num partido as

¹ Vladimir Ilitch Lênin, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Cf. Referências Bibliográficas.

² Karl Marx, *Liberdade de Imprensa*, 2007.

³ Idem, *Ibidem*, p. 60.

⁴ Vladimir Ilitch Lênin, *Que fazer?*, 1979, p. 106. *Por onde começar?* foi escrito em 1901 e, em 1902, Lênin comenta as críticas feitas a ele em *Que fazer?*.

forças da social-democracia”⁵. Depois de criado o partido, o problema se inverte, e é este que passa a definir o jornal.

Contudo, não de apenas um jornal deveria se valer um partido comunista, e sim de uma imprensa social-democrata. Lênin, antecipando o que se chamaria hoje de jornalismo segmentado, propõe que essa imprensa deve constar de diversos órgãos dirigidos a setores do proletariado de acordo com seu nível de consciência de classe.

Assim, todos os jornais deveriam fazer propaganda e agitação, mas em graus diferentes. Através da propaganda é que o nível de conscientização seria elevado, trazendo o jornal informações dos mais variados tipos, não apenas referentes à vida na fábrica, e interpretando tais fatos de maneira simples, mas levando a um conhecimento profundo. A agitação é que levaria os leitores da teoria à ação, conclamando-os a participar ativamente das questões políticas de sua época.

Desse modo, sugeria três tipos de jornais: 1) o órgão central, para os operários avançados; 2) um jornal popular, para os operários médios e 3) manifestos, brochuras populares – imprensa legal – e mesmo a agitação oral para as camadas inferiores do proletariado. Essa divisão dos proletários diz respeito ao nível de conscientização dos mesmos. Lênin pretendia assim tanto adequar a imprensa ao público como elevar seu grau de consciência política. Resumidamente, o órgão central estaria focado na propaganda; o jornal popular seria um misto de propaganda e agitação; e as brochuras e manifestos estariam voltados basicamente para a agitação.

O órgão central, um jornal revolucionário, deveria substituir, num regime autoritário, todos os pólos de organização que tem o proletariado num país democrático. Para atuar na clandestinidade, Lênin acreditava que “um jornal único, apoiado nos múltiplos fios invisíveis de uma vasta organização” seria “intocável”⁶. Além disso, ele apostava também que as exigências do trabalho no órgão central levariam à formação de quadros políticos para o partido, a partir da organização do jornal. As próprias estruturas de difusão poderiam se tornar estruturas do partido. Por isso, Lênin defendia que a impressão e distribuição do jornal partissem da Rússia, acontecendo no exterior apenas em períodos de clandestinidade.

A criação do partido, segundo Lênin, de nada adiantaria caso não houvesse um jornal que pudesse traduzir seu pensamento e fornecer explicações públicas para os

⁵ Madeleine Worontzoff, *Nome: Lenine. Profissão: jornalista*, 1977, p. 39.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 35.

acontecimentos políticos, guiando manifestações. Os responsáveis pelo órgão central deveriam então reunir os documentos do partido e analisá-los através do jornal, além de fornecer interpretações para os fatos da atualidade. Para abranger todo o país e não deixar escapar importantes acontecimentos, o jornal deveria contar com uma ampla rede de colaboradores – tanto aqueles que formariam estruturas do partido, quanto operários interessados em compartilhar experiências locais de luta.

Depois de o jornal haver colaborado para a formação do partido, Lênin preconizava que a soberania partidária se daria pela submissão do órgão central ao congresso do partido. Assim, a atividade jornalística deveria obedecer ao comando do Comitê Central, fato que se tornava difícil quando, devido à clandestinidade, a redação deveria acontecer no exterior.

4. A Classe Operária e PCdoB

Eles eram poucos e nem puderam cantar muito alto a Internacional naquela casa de Niterói em 1922. Mas cantaram e fundaram o partido.

Eles eram apenas nove. O jornalista Astrojildo, o contador Cordeiro, o gráfico Pimenta, o sapateiro José Elias, o vassoureiro Luís Peres, os alfaiates Cendon e Barbosa, o ferroviário Hermogênio e ainda o barbeiro Nequete, que citava Lênin a três por dois.

Em todo o país eles não eram mais de setenta. Sabiam pouco de marxismo mas tinham sede de justiça e estavam dispostos a lutar por ela. Faz sessenta anos que isto aconteceu. O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente, nem mesmo do Brasil. Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis tem que falar dele. Ou estará mentindo⁷.

É assim que o poeta Ferreira Gullar conta como se deu a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁸. Em 1922, a maior parte das organizações dos trabalhadores era anarquista, sendo o PCB o primeiro partido comunista do Brasil, baseando-se na tese marxista de socialismo científico. A formação do partido precedeu

⁷ Do poeta Ferreira Gullar, em março de 1982.

⁸ O nome do partido criado em 1922 era Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB. Com sua divisão, em 1962, a “nova” organização manteve esse nome, mas com a sigla PCdoB, para diferenciá-lo do agora Partido Comunista Brasileiro (que continuaria sendo PCB). Para facilitar a compreensão do texto, utilizaremos os nomes e as siglas adotados pelos partidos após 1962 – mesmo quando nos referirmos a um período anterior a este.

completamente a criação de seu órgão central. A Classe Operária só começaria a circular três anos depois. Antes da fundação do PCB, entretanto, já havia uma revista, chamada de Movimento Comunista, que surgiu em janeiro de 1921. Com a criação do partido, ela continuou a ser publicada, desta vez sob a direção dele. Em 1923, contudo, a Agência de Propaganda para a América do Sul da Internacional Comunista determina o fechamento da revista e a criação de um jornal operária de massas⁹. Esse seria o perfil d'A Classe Operária quando de seu surgimento.

No dia 1º de maio de 1925, o jornal é lançado em comício pela comemoração do Dia do Trabalhador, na Praça Mauá, Rio de Janeiro. O jornal era legal, mas havia uma rede de comitês ilegal, responsável por sua distribuição em fábricas e oficinas. A Classe procurava seguir, dentro das condições brasileiras na época, o plano de Lênin de um jornal político para todo um país. A preocupação em constituir uma rede de distribuição entre os operários e de realizar o lançamento d'A Classe numa manifestação de trabalhadores já demonstra a forte influência leninista sobre o jornal.

Mas nem sempre o jornal A Classe Operária foi o órgão central do partido. Ele deixou de circular em 1953, sendo substituído pelo A Voz Operária em 1958 e, depois, em 1959, pelo Novos Rumos. Foi esse jornal que, em 1961, publicou o novo programa e nome do PCB – que então deixa de se chamar Partido Comunista do Brasil para ser o Partido Comunista Brasileiro.

Essa mudança marca as divergências internas do partido desde 1956, quando Nikita Krushev, no 20º congresso do Partido Comunista da União Soviética denuncia os crimes de Stalin e propõe o fim do culto à personalidade e a via pacífica da revolução. No PCB, essa mudança de posicionamento da União Soviética forma um grupo que entra em concordância com a nova orientação e um dissidente que pretende continuar com as teses anteriores – inclusive a de necessidade de luta armada para se conquistar uma sociedade socialista.

Assim, o partido se divide – ou se reorganiza – em 1962. A auto-afirmação como verdadeiro partido marxista-leninista é marcante no Manifesto-Programa. Através do documento, os comunistas fizeram questão de estabelecer que seu pressuposto teórico

⁹ A Internacional Comunista não aceitara imediatamente a filiação do PCB, sob alegação de que a organização brasileira tinha muitos pequeno-burgueses. A Agência de Propaganda para a América do Sul manteve contato com o partido para ajustá-lo à linha da Internacional. Cf. Apolinário Rebelo, *Jornal A Classe Operária*, 2003, p. 38-39.

era o marxismo-leninismo, já que essa ausência nos novos estatuto e programa do PCB foi uma das razões que os fez romper com o partido, como deixaram claro na Carta dos Cem. “Em defesa do partido” ou “Carta dos Cem” é um documento escrito em discordância à mudança no estatuto e no programa do PCB para que fosse conseguida a legalização do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Carta apresenta as razões da divergência de cerca de cem militantes com a diretoria do PCB, que – desobedecendo as decisões do 5º congresso do partido – retirou do estatuto e do programa do PCB, que foram apresentados ao TSE, qualquer referência ao comunismo, ao internacionalismo proletário, ao marxismo-leninismo e ainda foi modificado o nome do partido.

A modificação do nome, para os signatários da Carta, tem grande significado simbólico. Seria aceitar a acusação de que o partido não era independente, mas sim um instrumento da política externa da União Soviética, quando a aproximação com esse partido se dava, segundo eles, por questões político-ideológicas. Em relação à retirada do comunismo como meta do partido, eles consideram que é “um absurdo esconder esse objetivo”¹⁰ – sempre divulgado por Marx mesmo quando parecia utópico – especialmente na “atualidade”, com exemplos concretos de construção de sociedades comunistas.

Já “os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário constituem a base que assegura a unidade partidária. São o traço de união que liga os comunistas de cada país e do mundo inteiro”¹¹. Os militantes declaram entender a vontade dos dirigentes do PCB de trazer de volta o partido à legalidade e coadunar com ela. Entretanto, acham grave que isso se faça escondendo os princípios partidários, até porque eles não poderiam ser recolocados no estatuto e no programa após a legalização – modificação não permitida pelo TSE. O problema essencial da falta dos princípios partidários em seus documentos fundadores estaria na dificuldade de educar os militantes e conquistar novos adeptos, que estariam interessados no marxismo-leninismo a partir do sucesso do socialismo científico em alguns países.

Com a reorganização do partido, A Classe Operária passa a ser porta-voz do recém-criado PCdoB. O jornal circula legalmente de 1962 até março de 1964, sendo fechado pelo golpe militar. Durante esse período, A Classe exibia um expediente que

¹⁰ Autor desconhecido, *Em defesa do partido*: Carta dos Cem, 1962.

¹¹ *Ibidem*.

informava quem eram o diretor responsável, o redator-chefe e o gerente do jornal: Maurício Grabois, Pedro Pomar e José Robaldo Delgado, respectivamente. Os dois primeiros eram integrantes do Comitê Central do PCdoB e haviam sido dirigentes do PCB. Esse fato mostra a estreita vinculação entre jornal e direção do partido, assim como Lênin preconizava.

Durante esse período, A Classe trazia sempre uma coluna intitulada “Os mestres do marxismo”, um quadro chamado “O povo ajuda A Classe” e correspondências e chamamentos para os operários tornarem-se colaboradores do jornal. Observam-se assim diversos aspectos do modelo leninista de imprensa.

Lênin afirmava que o jornal deveria trazer teoria para os leitores, apresentando um caráter educativo, porém sem reduzir a política à pedagogia. Assim, elevaria o nível de consciência dos operários. Essa função era exercida pela coluna “Mestres do marxismo”, eminentemente teórica. As correspondências e a listagem das pessoas que colaboravam financeiramente com o jornal (“O povo ajuda A Classe”) refletem a preocupação em formar uma rede de colaboradores.

Com o golpe, entretanto, o partido e o jornal entram mais uma vez num período de clandestinidade, o que muda radicalmente as condições de feitura d’A Classe. A última edição legal do jornal data de março de 1964, quando deixa de circular para retornar no ano seguinte, clandestinamente, permanecendo assim até o fim da ditadura militar, em 1985.

Devido à repressão, ainda hoje são difíceis informações sobre o processo de redação e distribuição do jornal na época. Maurício Grabois é um dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia; Pedro Pomar foi morto na Chacina da Lapa. Diógenes Arruda e João Amazonas, que também foram responsáveis pelo jornal e estavam no exterior na época, sobreviveram à ditadura, mas já faleceram. Assim, é bastante elucidativo o depoimento de Carlos Azevedo. Jornalista profissional, ele colaborou ativamente com A Classe Operária nos anos 70, tendo atuado também no jornal alternativo Movimento.

Entre 1973 e 1976, o Classe Operária era redigido pelos principais dirigentes, os membros do birô político do Comitê Central: Amazonas, Pomar, etc, com apoio de outros quadros, principalmente o dirigente da Comissão Nacional de Propaganda do Comitê Central,

que uma época foi o Haroldo Lima e, depois, o Aldo Arantes¹². E com minha colaboração especializada de jornalista, que era membro da mesma Comissão Nacional de Propaganda do CC. Eu recortava as notícias mais relevantes dos jornais, ouvia rádio e anotava, recebia algum jornalista profissional com quem mantinha contato na clandestinidade... Eu fazia sugestões e cheguei a ser escalado para fazer alguma matéria para o Classe. Mas ele era essencialmente redigido pelos dirigentes aos quais me referi¹³.

Dessa maneira, ao analisarmos textos publicados n'A Classe Operária no período da ditadura, é fundamental levar em consideração as condições de clandestinidade da época, que impediam uma capilaridade na redação do jornal, ficando sua elaboração a cargo do Comitê Central. Carlos Azevedo continua:

Essas informações que eu recolhia, e os materiais que meu dirigente solicitava que eu levantasse, eram por mim passadas a ele em “pontos” que ocorriam clandestinamente em ruas e praças em São Paulo, Campinas e outros locais.

Meu dirigente reunia todas as matérias para uma edição do jornal, já com seus títulos e indicações de paginação, e as passava para um outro companheiro, que as copiava em matrizes de off-set e as imprimia numa pequena gráfica de propriedade do partido, que havia sido comprada com recursos fornecidos por mim e pelo jornalista Narciso Kalili, em 1970¹⁴.

É nesse contexto que era feito o jornal A Classe Operária. O governo Médici havia decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), marco do recrudescimento da repressão da ditadura militar. Durante seu governo e o de Geisel, foi dizimada a Guerrilha do Araguaia e perseguidos os militantes do PCdoB nas cidades, culminando com o assassinato e a prisão de quase todos os seus dirigentes na descoberta de uma reunião na Lapa, em São Paulo, em 1976, episódio conhecido como Chacina da Lapa.

O jornal era mandando para o exterior e suas matérias divulgadas pela Rádio Tirana, da Albânia. Havia uma comissão de assuntos internacionais ligada ao CC [Comitê Central] que cuidava disso. [...] Esses textos também eram mandados para outros países, como França e Portugal, e aí impressos e divulgados mais amplamente entre exilados políticos e entidades democráticas e de defesa dos direitos humanos.

¹² Ambos presos durante a operação que resultou na Chacina da Lapa, em dezembro de 1976, eles sobreviveram à ditadura.

¹³ Depoimento à autora, por e-mail, no dia 28 de outubro de 2007.

¹⁴ Idem.

Assim, durante o período de mais dura clandestinidade, o PCdoB recorre a países do exterior para a divulgação do A Classe Operária. A estratégia de redigir o jornal no exterior já tinha sido pensada – e realizada – por Lênin em períodos de exceção. Entretanto, no caso brasileiro, não havia uma redação clandestina no estrangeiro: a participação de companheiros em outros países se dava apenas na distribuição.

No Brasil, o trabalho de preparação do Classe Operária era feito apenas por uns poucos militantes. Alguns jornalistas profissionais nos forneciam informações, mas não tinham nenhuma participação na sua elaboração. Alguma, talvez, na sua distribuição. Dadas as condições de repressão brutal, não havia possibilidade de haver uma “redação” clandestina da Classe. Tudo era feito em nossas casas mesmo, sozinhos, isolados. [...]

O Classe Operária no Brasil era distribuído aos militantes das direções regionais do partido, que o fazia descer às células de base e a simpatizantes e amigos do partido. E o faziam chegar a jornais, entidades democráticas, personalidades e políticos de oposição (muitas vezes pelo Correio). A polícia interceptava uma parte desse material nos próprios Correios¹⁵.

O isolamento decorrente da clandestinidade levou o jornal a tornar-se centralizado apenas no CC e sem uma rede de colaboradores fortalecida. Suas informações chegavam apenas a um grupo restrito de militantes e simpatizantes e, mesmo que alcançassem os jornais da grande imprensa, eles não as divulgavam, seja por censura, autocensura ou por não se encaixarem em sua linha editorial. Assim, para atingir a um público maior, o PCdoB se utilizou de outras estratégias.

5. Outras estratégias de comunicação

Enquanto A Classe Operária atingia um público bastante restrito, muitos militantes do PCdoB atuavam em jornais da imprensa alternativa, de acordo com Carlos Azevedo. Embora não tivesse o alcance da grande imprensa, “levavam uma informação diferenciada a um público sedento por informação e pela democratização do país”¹⁶. Assim, apesar de suas divergências com o PCB, o PCdoB aplicava uma estratégia semelhante à deles.

¹⁵ Depoimento à autora, por e-mail, no dia 28 de outubro de 2007.

¹⁶ Idem.

Tendo sobrevivido por um longo tempo como um partido fora-da-lei, o PCB tinha uma grande experiência nas táticas da clandestinidade política. Uma das mais importantes dessas táticas era a infiltração em instituições culturais estratégicas (tais como os jornais), a fim de obter alguma influência junto à opinião pública¹⁷.

Enquanto filiados ao PCB atuavam na grande imprensa, os do PCdoB estavam nos jornais alternativos. Bernardo Kucinski (1991) aponta dois que teriam sofrido forte influência do PCdoB: Opinião e Movimento. O Opinião, que surgiu em 1972, fora formado pelo empresário Fernando Gasparian, o jornalista Raimundo Pereira e o comitê central da Ação Popular (AP), que instruía o jornal secretamente, segundo Kucinski. Com a fusão da AP com o PCdoB, em 1971, o Opinião passa a receber influências do partido.

O jornal O Movimento, também dirigido por Raimundo Pereira, foi outro com fortes ligações com o PCdoB. A atuação nesse jornal, de acordo com Kucinski, condizia com a idéia do partido de formar uma frente ampla contra a ditadura. Isso se deu em 1975, quando o partido já tinha perdido importantes dirigentes e dezenas de militantes na Guerrilha do Araguaia, mas antes ainda da Chacina da Lapa, quando a organização ainda tinha grande importância na oposição à ditadura, mesmo na clandestinidade. O jornal teria sido usado para reorganizar e expandir o partido. Carlos Azevedo, que é contra uma visão “aparelhista” do Movimento, conta sua atuação nesse jornal:

Militantes do partido estiveram engajados em muitos deles [dos jornais alternativos]. Em geral, eram militantes que tinham vida legal. Sobre militantes na clandestinidade que colaboraram com tais jornais, não tenho notícia, além de mim que fui, sim [refere-se à pergunta a esse respeito feita pela autora], colaborador de “Movimento”. Escrevia para o jornal semanalmente, sob pseudônimo, ou sem assinatura alguma, apenas levando à direção do jornal minhas sugestões, informações recolhidas, análises de conjuntura, que fazia junto com meu dirigente, a única pessoa do partido com quem me encontrava pessoalmente. Mas ele também trazia sugestões dos dirigentes do birô político. [...]
Meu material era levado periodicamente por minha mulher (valente que só ela!) a um “ponto” com uma mulher muito discreta. Quando a repressão aumentou, após o Massacre da Lapa, elas nem se falavam.

¹⁷ Afonso de Albuquerque e Marco Roxo, *Preparados, leais e disciplinados*, 2007, p. 2.

Tinham sacolas iguais, sentavam-se numa lanchonete lado a lado e, ao sair, trocavam as sacolas!¹⁸

Era assim que as teses do PCdoB podiam chegar a um público mais amplo que o d'A Classe Operária, o que mostra a combinação de diferentes estratégias de comunicação pelo partido. Entretanto, nem sempre os jornais divulgavam o que era de interesse do PCdoB. Em 1979, o Movimento veiculou um documento de Pedro Pomar que fazia uma crítica contundente à Guerrilha do Araguaia. Essa crítica acabou sendo abafada dentro do partido. Os debates sobre a guerrilha não tinham ainda se desenvolvido completamente quando o que restava do Comitê Central foi desbaratado no episódio da Lapa. Depois disso, o que foi discutido nessa reunião foi desconsiderado, e a versão da Guerrilha do Araguaia que foi divulgada n'A Classe – e ficou para a história – foi a concepção de uma parcela do partido que conquistou a hegemonia após 1976. Trataremos desse assunto novamente adiante.

6. A Classe Operária e luta armada

Os jornais analisados nesse artigo foram reproduzidos por Wladimir Pomar no livro “Araguaia: o partido e a guerrilha”, em 1980. Essa coletânea reúne uma série de 40 textos publicados originalmente de 1969 a 1976, quando o jornal era mensal. Segundo Wladimir Pomar, os artigos d'A Classe e os documentos publicados foram escolhidos para que se compreendesse o posicionamento do partido em relação à guerrilha. Na apresentação, ele explica a seleção dos textos d'A Classe:

Publicamos os artigos principais (editoriais e comentários nacionais) de todos os números que pudemos localizar no período que vai de 1969 até o início da guerrilha. Acrescentamos, ainda, artigos sobre a guerrilha publicados já no período em que se desenvolvia a discussão no [Comitê Central] CC. Talvez esta longa seqüência se afigure cansativa e repetitiva. É possível. Mas julgamos importante recuperar estes artigos, até hoje não-republicados, fadados talvez ao esquecimento, e que esclarecem de modo nítido e indiscutível o pensamento que se tinha na época. Mesmo as repetições, se existem, são importantes, na medida em que revelam as idéias centrais em que se procurava martelar e insistir¹⁹.

¹⁸ Depoimento à autora, por e-mail, no dia 28 de outubro de 2007.

¹⁹ Wladimir Pomar, *Araguaia: o partido e a guerrilha*, 1980, sem página.

Os temas principais dessa coletânea são: análises sobre a situação política do Brasil, sempre apontando o enfraquecimento da ditadura; críticas ao revisionismo soviético adotado pelo PCB; e conclamações para que os militantes organizem “as massas” em torno do PCdoB, sempre identificado com os anseios do povo de liberdade e igualdade, possíveis apenas com a derrubada da ditadura militar pela luta armada.

O jornal cumpria assim sua função de divulgar a ideologia e as estratégias do partido, mostrando seu posicionamento dentro das demais organizações de esquerda: o PCdoB estava de acordo com o comunismo da China – com quem rompe nos anos 70 – e da Albânia, acreditando que a tomada de poder deveria acontecer através da guerra popular no campo. Além disso, A Classe Operária buscava também mobilizar a sociedade para questões mais urgentes, como o chamamento para o voto branco ou nulo, denunciando, assim, que as eleições não passavam de uma farsa organizada pelos militares.

A questão da luta armada, de grande relevância para o PCdoB, precisava estar clara não só nos documentos oficiais do partido, mas também em seu órgão central – A Classe Operária. Dos 40 textos republicados por Pomar, trabalharemos com 22. São aqueles que falam sobre luta armada – citando esse termo ou a expressão “guerra popular” – ou se referem diretamente ao movimento no Araguaia.

Para trabalhar com esses textos, vamos considerar dois períodos: anterior e posterior à guerrilha. Enquanto ela se desenvolvia, não há registro de nenhum artigo d’A Classe. No período anterior à guerrilha, não há referência direta a ela, mas os textos constroem a necessidade de se desenvolver a luta armada. Em outubro de 1969, encontra-se a primeira matéria que defende claramente essa tese. Intitulada “Nota do PC do Brasil sobre a atual crise política”, o artigo, publicado no número 34 d’A Classe Operária, é dividido em cinco itens. O último tem como título: “A **luta armada** é o caminho do povo” [grifo nosso]. Essa é a conclusão da análise de conjuntura feita ao longo do artigo, que trata do afastamento de Costa e Silva do governo e do decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), cujas medidas davam ainda mais poderes à ditadura.

Para alcançar a liberdade, o progresso e a independência da pátria, o povo brasileiro terá que empunhar armas e travar a **guerra popular**. O regime atual não cairá sem os golpes desfechados por um extenso e poderoso movimento armado das grandes massas. O povo terá que

criar, na luta, o seu próprio exército para destroçar as forças armadas reacionárias²⁰.

A organização desse artigo, com a análise da situação política brasileira culminando na conclamação do povo a empunhar armas, é comum em diversos textos dessa série. Mas há também aqueles em que a “guerra popular” é colocada não somente como necessidade resultante do regime ditatorial, mas também como demarcação de posicionamento ideológico em relação às organizações que acreditavam no caminho da oposição pacífica. Por vezes, o jornal se refere diretamente ao PCB, citando Luiz Carlos Prestes.

Tanto nesse artigo quanto nos demais que analisamos aqui, percebe-se a aplicação das teorias leninistas da imprensa. Uma das características é que os textos trazem uma análise de conjuntura, de acordo com as teses do partido, e costumam incitar à ação, mostrando aos leitores qual a “tarefa da hora” a ser cumprida. Ou seja, equilibram propaganda e agitação. Outro aspecto é que os artigos parecem ser realmente voltados aos setores politicamente mais avançados da militância, como deveria ser o órgão central de um partido comunista, segundo Lênin.

Em outubro de 1969, nº 34 d’A Classe, é publicado o texto “Seqüestro de diplomata ianque”. A ação é saudada pelo jornal como havendo tido “grande repercussão política” e colocado “em xeque as forças reacionárias”²¹. O PCdoB não se furta, contudo, a explicitar que não é a guerrilha urbana que vai pôr fim à ditadura.

O seqüestro de elementos ou o confisco de bens da reação podem, em determinadas condições e desde que fortaleçam o movimento de massas e a vanguarda do proletariado, servir à causa do povo, mas por si sós não conduzirão à vitória. O essencial é mobilizar as massas para ações revolucionárias. Para isso, os combatentes de vanguarda trabalham tenazmente junto à classe operária e ao campesinato para conduzi-los à luta em defesa de seus direitos e elevar sua consciência política. [...] Também adquire significação revolucionária a agitação e a propaganda realizadas por pequenos grupos ou mesmo individualmente²².

²⁰ A Classe Operária apud Wladimir Pomar, op. cit., p. 175, grifo nosso.

²¹ Idem, Ibidem, p. 176.

²² Idem, Ibidem, p. 177.

No começo dos anos 60, havia duas principais organizações de esquerda no Brasil: PCB e PCdoB²³. Assim, muitos dos textos d'A Classe Operária que falam de luta armada criticam diretamente o PCB e sua tese de via pacífica da revolução. Entretanto, em fins da década de 60 e durante os anos 70, surgem diversas organizações de enfrentamento à ditadura. Muitas delas defendiam também a “violência revolucionária”, como o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que juntas realizaram o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick de que fala a matéria d'A Classe. Mas essas organizações não tinham a idéia de organizar uma luta popular, no campo, com amplo apoio das “massas”, como defendia o PCdoB.

É assim que o jornal vai dialogar com essa facção da esquerda, procurando mostrar que a tese do PCdoB é a correta, e demarcando sua diferença no campo da oposição. Durante a ditadura, o PCdoB era talvez a única organização a defender apenas o desenvolvimento da luta armada no campo. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca, também pretendia desenvolver a guerrilha rural, tendo feito inclusive treinamento militar no Vale do Ribeira, em 1970. Entretanto, a VPR também realizava ações na cidade, para captar recursos para a luta no campo, como o seqüestro do cônsul do Japão, Nobuo Okuchi, em março de 1970²⁴.

Assim, a demarcação do posicionamento do PCdoB em relação às outras esquerdas, num período em que além do tradicional PCB surgiam diversas organizações de oposição era fundamental. Essa necessidade já pode ser vislumbrada na Carta dos Cem e no Manifesto-Programa, documentos fundamentais na reorganização do partido em 1962. Além disso, afirmar as semelhanças e diferenças com relação às outras esquerdas já era uma preocupação presente no Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, escrito em 1847, forte inspiração do PCdoB.

Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários.
Não têm interesses diferentes daqueles do proletariado em geral.
Não formulam quaisquer princípios particulares a fim de modelar o movimento operário.

²³ Embora já existissem outras, como mostra Maria Paula Nascimento Araujo (Cf. Referências Bibliográficas), esses dois partidos tinham mais força política e polarizavam o debate.

²⁴ Emiliano José e Oldack de Miranda, *Lamarca: o capitão da guerrilha*, 1994, p. 91-92.

Os únicos pontos que distinguem os comunistas dos outros partidos operários são os seguintes: 1) nas lutas nacionais dos proletários dos diversos países, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns a todo o proletariado, independente da nacionalidade; 2) nos vários estágios de desenvolvimento da luta operária contra a burguesia, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em geral²⁵.

Essas assertivas são interpretadas pelo PCdoB como os seguintes preceitos: internacionalismo proletário e o partido comunista como vanguarda das esquerdas. Quando o PCdoB não apresenta um posicionamento sectário, e sim de uma frente ampla, ele o faz sempre sob a perspectiva de que lideraria esse conjunto de forças contra a ditadura militar – pensamento marcante n’A Classe Operária. Marx e Engels continuam, deixando a idéia ainda mais clara:

De um lado, portanto, os comunistas constituem, praticamente, a fração mais resoluta e mais avançada dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; do outro, têm, teoricamente, sobre o proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário²⁶.

É nesse sentido que o PCdoB precisa, através de seu órgão central, repassar aos seus militantes as análises de conjuntura feitas pelo Comitê Central, orientando a ação através de uma linha de pensamento do CC. São os militantes que devem organizar as “massas”, já que seriam eles que teriam consciência “dos fins gerais do movimento operário”. Desse modo, embora Lênin critique a submissão da política à pedagogia, a função educativa de um órgão central tem fundamental importância.

No texto “No caminho da revolucionarização”, de fevereiro de 1970 (edição nº 38), pode-se perceber, ao mesmo tempo, uma crítica às demais organizações de esquerda e uma conclamação aos militantes do PCdoB, para que não incidam nos mesmos erros de parte da oposição à ditadura.

Impera em algumas organizações o espontaneísmo, que é a raiz ideológica do oportunismo. E se tolerarmos que persistam tal dispersão e tanta falta de controle, seremos incapazes de realizar

²⁵ Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, 2003, p. 38.

²⁶ Idem, *Ibidem*.

qualquer coisa de sério, de preparar e desencadear a **guerra popular**²⁷.

A crítica às demais esquerdas é também uma maneira de demonstrar como deve ser o exemplo do militante comunista. Para o PCdoB, cada militante deveria “adotar um leninista de trabalho” e realizar o esforço de “modificar sua maneira de ser e de atuar, de adquirir um estilo vivo, revolucionário”. Assim, além de estar nas entrelinhas da estratégia de comunicação do partido e das teses defendidas por ele, o leninismo é identificado diretamente com todos os aspectos positivos necessários a um militante capaz de fazer a revolução.

Em abril do mesmo ano, a edição nº 40 d’A Classe traz um texto falando sobre um suposto enfraquecimento da ditadura militar, intitulado “A ditadura em apuros”. Para o PCdoB, “as forças patrióticas e democráticas” devem “recorrer a todas as formas de luta e trabalhar intensamente para preparar e desencadear a guerra popular”²⁸. O partido procura não invalidar as outras formas de luta, mas não deixa de sublinhar que o objetivo final delas deveria ser a guerra popular.

Percebe-se também embutido nesse pensamento a noção de que o PCdoB é a vanguarda do proletariado, em torno de quem as demais esquerdas devem se unir. Para o partido, as outras formas de luta só são válidas quando visam à guerra popular. É importante lembrar que, dois anos depois da publicação desse artigo, as Forças Armadas descobriram que estava sendo organizado o movimento armado no sul do Pará conhecido como Guerrilha do Araguaia. Essa viria a ser a tentativa de colocar em prática a tese de luta armada do partido, que desde 1966 enviava militantes à região do Araguaia, para que fossem compreendendo os conflitos dos moradores, conquistando sua confiança e se preparando militarmente, para quando a luta se iniciasse.

Durante os anos de 70, 71 e 72, A Classe Operária, que, nesse período, era mensal, publica oito textos em que a guerra popular é considerada “o único caminho para conquistar a liberdade”, “a única forma de derrubar o domínio imperialista e a ditadura militar fascista”, “o verdadeiro caminho da libertação”²⁹. Enquanto defendia a tese da luta armada, o partido também se posicionava em relação às eleições. Os títulos dos artigos (“A pantomima eleitoral”, “Achincalhe ao povo”, “Povo desmascara farsa

²⁷ A Classe Operária apud Wladimir Pomar, op. cit., 1980, p. 181, grifo nosso.

²⁸ Idem, Ibidem, p. 185.

²⁹ Idem, Ibidem, op. cit., 1980, p. 204, 224, 226.

eleitoral”) já deixam clara a idéia do partido. Entretanto, para o PCdoB, as eleições tinham sua importância.

Cumpra às forças democráticas aproveitar quaisquer possibilidades que surjam da “campanha eleitoral” para ligar-se às massas, fortalecer a oposição popular, desmascarar a política de traição nacional e de terror dos generais que assaltam o poder e para fazer propaganda da necessidade da revolução, da **guerra popular**³⁰.

A vida política legal, desse modo, mostrava-se importante para o partido mesmo que apenas para discordar publicamente das regras do jogo e conquistar mais adeptos a essa sua visão. Depois da edição de março de 1972, o próximo artigo da coletânea de Wladimir Pomar foi publicado no mesmo período do fim da Guerrilha do Araguaia. Mas o texto “Relevante fato político”³¹, de janeiro de 1975 (edição nº 93), trata do movimento armado como se ele ainda estivesse em desenvolvimento.

O regime discricionário precisa ser derrubado, e não ajeitado ou adaptado às circunstâncias, afirma o Comitê Central, aduzindo que “se a maioria dos brasileiros se unir e lutar decididamente por todas as formas nas fábricas e nos sindicatos, nas escolas e centros acadêmicos, nas fazendas e nas vilas, nas cidades e no campo, no parlamento, no púlpito, no teatro, nos cárceres, nos quartéis, nas ruas, nas **selvas do Araguaia** e onde seja possível, a sorte da ditadura estará definitivamente selada”³².

Esse aspecto está presente em sete dos oito textos publicados originalmente a partir de 1975 e, posteriormente, reunidos por Pomar. Em abril de 1975, A Classe Operária (edição nº 96) afirma que “a gloriosa resistência armada dos camponeses e patriotas do sul do Pará completa seu terceiro ano de duração”³³. Assim, o jornal tanto comemora o aniversário da guerrilha como torna indubitável que ela continua em curso.

Em setembro de 1975, quando, há muito, não havia mais dúvidas acerca da derrota militar dos guerrilheiros, a edição nº 100 d’A Classe Operária publicou um texto intitulado “Tarefa primordial”. A “tarefa da hora” a ser cumprida pelos militantes – a agitação de que fala Lênin – é o apoio aos guerrilheiros do Araguaia.

³⁰ A Classe Operária apud Wladimir Pomar, op. cit., 1980, p. 192.

³¹ O relevante fato político a que se refere o título do artigo foi uma reunião do Comitê Central do PCdoB, realizada “na mais dura clandestinidade” (A Classe Operária apud Wladimir Pomar, op. cit., p. 230).

³² A Classe Operária apud Wladimir Pomar, op. cit. 1980, p. 231, grifo nosso.

³³ Idem, Ibidem, p. 235.

A solidariedade efetiva, concreta, variada, ampla e combativa aos **resistentes do Araguaia** é uma tarefa de primordial importância. Faz parte da grande luta do povo brasileiro pela liberdade e emancipação nacional, contra o regime tirânico dos generais fascistas e vende-pátria³⁴.

Em abril de 1976, o texto “Invencível bandeira de luta”, da edição nº 105, lembra que “12 de abril assinala mais um aniversário do início da resistência armada do sul do Pará”. Esse é o único artigo da série analisada que assume o fim da guerrilha, porém não de modo definitivo.

A bandeira que [os combatentes do povo] levantaram continua no alto. Mesmo que **temporariamente** a guerrilha haja retrocedido, os ideais que encerra estão bem vivos e atuantes na consciência dos lavradores, do campesinato de todo o país, dos patriotas e democratas que não se sujeitam ao regime opressor e sanguinário dos generais vende-pátria. [...] Cada vez fica mais claro que somente através da luta armada, da guerra popular, os milhões de camponeses carentes de todo recurso tornarão realidade suas sentidas aspirações e a nação brasileira se libertará do jugo dos trustes imperialistas, da velha oligarquia reacionária, da tutela dos militares fascistas³⁵.

Cabe aqui explicar as divergências internas sobre as quais debatiam os integrantes do Comitê Central. Sob dura clandestinidade, eles não tinham ainda se reorganizado plenamente após a derrota militar no Araguaia. Embora os debates tivessem se iniciado, não havia sido realizado ainda uma crítica definitiva à atuação do partido na guerrilha e quais atitudes tomar depois de seu desbaratamento.

Pedro Pomar, embora enaltecendo os méritos da guerrilha e a atuação dos militantes, afirma acreditar que a derrota do movimento não é temporária, como afirmam as edições d’A Classe Operária. Wladimir Pomar, filho de Pedro, reproduz texto escrito pelo pai e levado a discussão em reunião do Comitê Central. Esse é o documento secreto publicado, em 1979, pelo jornal Movimento, que sofria forte influência do partido, mas, nesse momento, contraria suas orientações.

³⁴ A Classe Operária apud Wladimir Pomar, op. cit., 1980, p. 245, grifo nosso.

³⁵ Idem, Ibidem, p. 247-248.

O camarada J. reconheceu que a guerrilha sofreu uma derrota, mas temporária. Supõe, ao que parece, possível iniciar a luta iniciada em abril de 1972, se bem que não esclareça se com os mesmos elementos e fatores, ou se com outros, novos. Julgo que o camarada J. não tem razão. Se examinarmos a derrota do ponto de vista dos objetivos estratégicos e táticos traçados pelo Partido e justificados pelo camarada J., a derrota do Araguaia não pode ser considerada temporária³⁶.

O camarada J. a quem Pomar se refere é Ângelo Arroyo, que participara da guerrilha, mas escapou da repressão e fez um texto descrevendo o conflito, conhecido como Relatório Arroyo. Pomar e Arroyo foram mortos no episódio da Chacina da Lapa, em 1976. A partir daí, a parcela do partido que acreditava na vitória da Guerrilha do Araguaia – da qual fazia parte João Amazonas – tornou-se hegemônica no PCdoB, e os debates feitos na Lapa foram descartados³⁷. É assim que certa memória da guerrilha construída através das páginas d'A Classe Operária e que está presente até hoje no partido, como se pode verificar através de uma visita ao portal Vermelho (www.vermelho.org.br) diz respeito a apenas parte do Comitê Central da época.

7. Considerações finais

A partir da análise das matérias publicadas no jornal A Classe Operária de 1969 a 1976, pode-se perceber que a tentativa de seguir o modelo leninista de imprensa não era lograda de forma tão efetiva quando no período pré-golpe militar. Embora esteja presente a idéia de fazer “propaganda e agitação”, o centralismo decorrente das condições de clandestinidade não permitia que o modelo leninista fosse plenamente desenvolvido: os textos divulgavam somente a visão do Comitê Central, ou de uma parte dele, sendo impossível manter uma rede forte de colaboradores. Também a questão teórica de que Lênin fala ser prioritária acaba ficando em segundo plano em relação à urgência de se realizar as “tarefas da hora” necessárias para a oposição ao regime ditatorial e ainda devido à própria dificuldade de elaboração do jornal.

Apesar disso, o pensamento marxista-leninista está impregnado nos textos d'A Classe, mesmo que nem sempre se reflita plenamente no modelo comunicacional.

³⁶ Pedro Pomar apud Wladimir Pomar, op. cit., p. 293.

³⁷ Para saber mais sobre as divergências internas sobre a guerrilha: Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, 2006. Cf. Referências Bibliográficas.

Entretanto, era esse o modelo possível na época, e algumas das dificuldades – como a ausência de uma redação no país onde o jornal circulava – já tinham sido pensadas ou sofridas por Lênin. Sua presença e a presença de Marx e Engels nas matérias d'A Classe são marcantes, o que significa que o PCdoB tinha a necessidade de afirmar-se dentro do campo da esquerda, que crescia no Brasil dos anos 60 e 70.

Outra observação que deve ser feita diz respeito à íntima ligação entre órgão central e situação do partido: o primeiro cai na clandestinidade junto com o segundo, o que muda completamente o modo como era feito, distribuído e até seu conteúdo. As matérias referentes ao período da Guerrilha do Araguaia não estão presentes na coletânea organizada por Wladimir Pomar e nem tampouco são encontradas em alguns dos principais arquivos públicos nacionais, como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. Daí a importância em se esboçar uma contextualização histórica do partido e da época analisada, iluminando através dela alguns aspectos da pesquisa.

8. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de, SILVA, Marco Antonio Roxo da. Preparados, leais e disciplinados. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2007. [Publicação digital – CD-ROM]

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. GFV, 2000.

AUTOR DESCONHECIDO. *Em defesa do partido: Carta dos Cem*. [on line] Disponível na internet via <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1961.asp>. Acessado em 23 de julho de 2007.

_____. *Manifesto-Programa*. [on line] Disponível na internet via <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1962.asp>. Acessado em 23 de julho de 2007.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1994.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. [on line] Disponível na internet via <http://www.vermelho.org.br/img/obras/doenca.asp>. Acessado em 9 de agosto de 2007.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Ed. Hucitec, 1979.

MARX, Karl. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB* – São Paulo, 1976. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

REBELO, Apolinário. *A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

WORONTZOFF, Madeleine. *Nome: Lenine. Profissão: Jornalista*. Lenine e a imprensa revolucionária. Lisboa: Antídoto, 1977.